

EDUCAÇÃO, ESTADO E EMPRESARIADO: A FÓRMULA PARA RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS NA VISÃO DA BURGUESIA INDUSTRIAL.

Mário Luiz de Souza¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os dados e as reflexões de parte da pesquisa para conclusão do curso de doutorado, na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, referente ao projeto de educação escolar presente nos artigos do empresariado industrial, publicados no jornal *Folha de São Paulo* no período do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)², tendo como foco os problemas sociais que marcam a sociedade brasileira.

Tendo como pressuposto teórico e metodológico a matriz marxista, em especial o pensamento de Antonio Gramsci, analiso esses artigos partindo da hipótese de que não são simples instrumentos de expressão, desprovidos de interesse de classe e de fração de classe. Pelo contrário, são instrumentos políticos onde seus autores, atuando como intelectuais orgânicos, buscam criar um consenso ativo, na sociedade civil e na sociedade política, tentando colocar as idéias, as propostas e as demandas da classe e fração de classe que representam, como elementos norteadores da agenda das políticas públicas e dos movimentos sociais voltados para os embates dos históricos problemas sociais do nosso país. Nesse sentido, esse artigo analisa o papel e os princípios da educação escolar presentes no projeto societário do empresariado industrial, difundido na *Folha*, demonstrando sua função na configuração e tentativa de conformação da proposta de enfrentamento das questões-sociais por meio da ação concreta e orgânica do tripé: empresa privada, terceiro setor e o Estado.

Seguindo esse objetivo, além dos dados levantados na pesquisa, apresento e analiso o discurso de importantes representantes do empresariado, como Benjamim Steinbruch. Enfim, esse artigo procura demonstrar como os empresários industriais, agindo como sujeitos políticos, buscam conformar na sociedade uma forma de atuação concreta com relação aos problemas sociais do país, tentando criar um consenso ativo

¹ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e professor de História do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ.

² SOUZA, Mário Luiz. “*As Letras e o Consenso: Burguesia, Educação, Imprensa e Hegemonia*”. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 2010; orientada por Ronaldo Rosas.

sobre as suas propostas. Em outras palavras, atuam como classe dirigente tentando transformar suas propostas em vontade coletiva.

Os problemas sociais: resolução na visão do empresariado

Pelos dados levantados na pesquisa referente aos artigos dos representantes do empresariado industrial, com referências a educação escolar no Brasil, publicados no jornal *Folha de São Paulo*, no período do segundo governo FHC e primeiro governo Lula, temos um conjunto de 185 textos. Tal dado empírico demonstra que há um sensível acréscimo desse tipo de abordagem, com relação ao período do primeiro governo FHC³, como mostra o quadro abaixo:

Quadro I – Quantidade de artigos em que aparece o tema educação por período de governo

Categorias	Artigos no Período do Primeiro Governo FHC	Artigos no Segundo Governo FHC	Artigos no Governo Lula
Crescimento Econômico	33	41	61
Problemas Sociais	6	36	32
Emprego	6	5	10
Total	45	82	103

Fontes – jornal Folha de São Paulo (1995-2006)

Todavia, como indica o quadro acima, a divisão de artigos por categorias, demonstra que mais do que o aumento crescente da presença do tema educação nos artigos, há um sensível avanço dessa discussão na abordagem referente ao emprego e, sobretudo, na questão das mazelas sociais. Inclusive, para reforçar essa perspectiva, a pesquisa demonstra um outro dado que reforça essa conclusão:

Quadro II – Quantidade de artigos em que aparece a educação

Temas	Número Total de Artigos	Artigos em que aparece a educação
Crescimento Econômico	456	102
Problemas Sociais	88	68
Emprego	46	15
Total	590	185

Fontes – jornal Folha de São Paulo (1999-2006)

³ SOUZA, Mário Luiz. “*Imprensa e Hegemonia: como a Folha de São de Paulo trabalhou a reforma educacional do primeiro governo FHC*”. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, ano 2002; orientada por Lúcia Neves.

Como se pode observar, enquanto o enfoque da educação aparece bem abaixo da metade dos artigos cuja temática passa pela questão do crescimento econômico, temos a sua presença numa parcela substancial dos textos referentes aos problemas sociais. Diante dessa constatação, creio que se configura um processo no qual a inserção da educação como fator imprescindível para a construção de uma nova sociabilidade passa a ter um papel tão relevante na estruturação do discurso educacional do setor industrial, quanto à lógica do crescimento econômico.

Por outro lado, se tal fato já demonstra uma alteração no tratamento reservado a educação presente nos artigos dos representantes da burguesia industrial, há a continuidade de aspectos estruturantes do discurso da relação entre educação e o enfrentamento dos problemas sociais, presentes nos artigos publicados no período do primeiro governo FHC. Primeiro que a discussão se assenta na abordagem das mais diferentes mazelas sociais como a concentração de renda, pobreza, miséria, fome, violência social, péssimas condições de vida, delinquência juvenil e outros. Segundo que nos artigos onde a educação aparece, essa sempre vigora como instrumento essencial pelo qual o indivíduo e a sociedade superará as mazelas sociais. Terceiro que não se está se defendendo qualquer educação escolar como marco para o combate das questões sociais, mas aquela mais afeita aos interesses do setor empresarial frente as suas necessidades no setor produtivo, ou seja, formar o indivíduo dentro dos conhecimentos e competências exigidas para trabalhar com as novas tecnologias e as novas formas de trabalho.

Contudo, há uma grande diferença nos artigos publicados no período de 1996-2006 em relação aos seus pares impressos no período do primeiro governo FHC: o fortalecimento da proposta da ativa participação do terceiro setor, de ONGs e, notadamente do empresariado, de forma direta, na luta pelas modificações das precárias condições sociais que ceifam a sociedade brasileira. Para se ter uma ideia do incremento dessa proposta, nos 68 artigos sobre os problemas sociais, em 39 deles a questão da participação do empresariado é citada como um fator primordial para se efetivar ações concretas para a solução da questão social por meio de parcerias com o poder público ou da responsabilidade social das empresas. Por sinal, esse discurso, seja no período do governo FHC ou no governo Lula, é extremamente orgânico, uma vez que busca o convencimento sobre essa proposta, não apenas na sociedade civil e no aparelho do Estado, mas também entre o próprio empresariado.

Na condução da construção desse consenso, temos a Viviane Senna como uma das principais intelectuais orgânicas do empresariado industrial. Com um discurso que desenha a ideia do crescimento econômico com responsabilidade social, defendendo que não se pode mais pensar em desenvolvimento econômico apartado de desenvolvimento social, Viviane Senna defende a legitimação de uma “nova ética” no tratamento da questão social, que apesar de requisitar toda sociedade na equação dos problemas sociais, impulta um papel central nesse processo a três segmentos da vida pública nacional: “[...] o primeiro setor, público com fins públicos que é o governo; o segundo setor, privado com fins privados, que é o universo empresarial; e o terceiro setor, privado com fins públicos, construído por organizações sem fins lucrativos⁴”. Sempre destacando a ação conjunta desses três segmentos, essa intelectual orgânica que o caminho para a resolução dos problemas sociais passa pela educação, tendo como foco a “preparação para a cidadania e para o mundo do trabalho⁵”.

Noutro artigos, debatendo os dados do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – o PNUD, Viviane Senna reforça, de maneira mais clara, como seria a conjunção dos três segmentos na ação frente aos problemas sociais:

De fato, em 500 anos de história, acumulamos um passivo social cujo resgate só poderá ser empreendido *pela convergência e complementaridade de esforços das políticas públicas, do mundo empresarial e das organizações sem fins lucrativos, que integram o chamado terceiro setor.*

Diante desse quadro, impõe-se, de forma inarredável e urgente, a adoção de *uma ética de co-responsabilidade entre os três grandes setores da vida nacional. Cumpre ao Estado não abrir mão de seus fins universais e se empenhar na construção de políticas públicas efetivamente redistributivas e autopromotoras. Ao mundo empresarial, cabe identificar aspectos relevantes do desenvolvimento social brasileiro e atuar de forma complementar ao poder público, no sentido do aumento e da melhoria das ações no foco eleito.*

Por fim, às organizações do terceiro setor cabe, *com sua sensibilidade, espírito de luta e criatividade pessoal, institucional e comunitária, contribuir para a expansão dos limites do possível, através da produção de ideia e iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas, no que diz respeito ao bem comum.*

Essa nova ótica e essa nova ética precisam ser instaladas *na consciência social do nosso tempo.[...]*⁶ (grifos nossos)

Temos assim, um terceiro setor como, o caso do Instituto Ayrton Senna, com um grande papel na relação descrita acima, uma vez que vai *contribuir através de ideia e*

⁴ SENNA, Viviane. Indignação positiva. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 mar. 20, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.3

⁵ Ibid, p.2

⁶ Id. Desenvolvimento humano. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 ago. 02, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.3

iniciativas que se mostrem capazes de promover a alteração das ações do governo e das empresas, ou seja, terá um papel influente na direção moral e intelectual das ações feitas pelo governo, abrindo o aparelho de Estado para a ação direta do setor empresarial na condução de políticas públicas e de outras propostas do setor industrial.

Nessa mesma linha, temos nos artigos do empresário Benjamin Steinbruch a busca da construção do consenso sobre a atuação sobre os problemas sociais tendo uma ação mais efetiva do empresariado:

A cidadania aos poucos está tomando consciência de que o resgate da dívida social dos brasileiros não se poderá fazer apenas por meio de medidas governamentais ou golpes de marketing. Ela precisará resultar de uma ação de toda a sociedade, com as responsabilidades divididas entre as autoridades do Estado e as representações legítimas da produção e do trabalho, em um esforço que deverá engajar todos os brasileiros, suas famílias, seus negócios, suas representações associativas ou políticas⁷.

Por isso, Benjamin Steinbruch insiste que se alastra uma nova cidadania, na qual o empresário brasileiro passa por uma mudança de mentalidade em que ter uma empresa com destaque na esfera econômica não mais se reduz ao acúmulo de lucro registrado do balancete do final de ano. Acima disso, ser uma grande empresa é associar o ganho financeiro com o ganho de ter propiciado as condições para superação da dívida social:

Graças a esse sentimento de nova cidadania já se nota um novo movimento serio e crescente, que busca definir uma “empresa cidadã”, cujas ações e investimentos precisam estar lastreados em padrões éticos e valores sociais. A nova empresa brasileira não pode mais viver “low profile” e, muito menos, no “no profile” [deve promover ou participar] de ações sociais relevantes⁸.

Mas Benjamin Steinbruch deixa claro que esse processo não exige apenas uma maior participação da sociedade, em especial do empresariado, no embate das questões sociais. Para que os resultados esperados sejam alcançados é necessário que se tenha um crescimento econômico sustentável da economia, para gerar as condições concretas para o salto qualitativo das condições de vida da população brasileira:

Que cada um de nós escolha seu Zé, o seu Pedro, o seu Chico, um anônimo-símbolo do Brasil de amanhã. E que nos juntemos em esforços de fortalecimento da nossa economia, na criação de empresas, no oferecimento de serviços essenciais que permitam ao nosso bebê-símbolo usufruir das

⁷ STEINBRUCH, Benjamin. Do Adnann ao nosso Zé. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 out. 99., Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2.

⁸ Id. Uma aposta que não podemos perder. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 dez. 99. ., Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2.

possibilidades da educação, da saúde, de alimentação, de emprego, de higiene que é nosso dever proporcionar os brasileiros que estão chegando⁹.

Assim sendo, a dívida social não será paga por obra do acaso ou como um provável resultado de um futuro promissor, mas como resultado da relação orgânica de dois aspectos, o crescimento econômico gerado por uma mudança substancial no capitalismo brasileiro e a ação concreta dos grupos sociais na promoção das condições para que o desenvolvimento econômico se traduza na efetiva superação dos problemas sociais. Uma relação orgânica onde se plasma uma nova sociabilidade baseada na lógica do capital, no qual a luta pelo social se daria na conformação de aspectos educacionais, políticos e culturais mais afeitos aos interesses do empresariado no acirramento das disputas capitalistas no mundo globalizado:

Já estamos longe do planejamento frio, lastreado em projetos desligados de parâmetros e objetivos sociais, como única forma de gerar riquezas, para depois, distribuí-las pela sociedade. Os caminhos que o Brasil adotou foram outros e neles se busca uma sintonia, um paralelismo, entre objetivos sociais e os meramente econômico, na certeza de que esses caminhos não são excludentes ou incompatíveis. Ao contrário, a sua adoção simultânea e criteriosa facilita as conquistas e permite a incorporação da sociedade e de seus cidadãos nas grandes lutas necessárias para que se aumente a produção, se estimulem investimentos, se prepare o Brasil para enfrentar, com segurança, os vendavais do capitalismo virtual e os desafios da competitividade e da eficiência, que serão as marcas da nova economia brasileira¹⁰.

Então, como vemos, há nessa citação uma nova proposta para substituir as formas mais correntes de embate da dívida social. Primeiro assumindo que isso faz parte da realidade concreta do país e que não pode mais ser postergada com a alegação de que o futuro promissor da nação propiciará as condições para sua promoção. E segundo, talvez o âmago da questão, a articulação entre o enfrentamento da dívida social e a constituição de um projeto econômico consistente para o país enveredar pela competitividade do mundo globalizado. Todavia, não é um nexos onde apenas o econômico responde às necessidades do social, acima disso há uma relação orgânica onde as duas esferas, formando o verdadeiro processo de desenvolvimento. Nesse caso, não apenas os despossuídos seriam os beneficiados, mas a própria burguesia, que teria uma força de trabalho com condições físicas e cognitivas para mover seus negócios dentro das novas determinações reinantes na competitividade do mundo capitalista. Não

⁹ Ibid. p.2.

¹⁰ Id. Prioridade Humana. 13 jul 99. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 dez. 99. Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2.

é à toa que Benjamin Steinbruch, nesse mesmo texto, aponta que deve haver uma mudança ético-política no tratamento reservado à questão social na sociedade na sociedade brasileira, principalmente entre seus pares:

Também estão ligados a esses esforços [combater a pobreza através da articulação crescimento econômico e pagamento da dívida social], a uma consciência social do empresariado e de uma certeza de que não haverá avanços duradouros e confiáveis se não combatemos com medidas práticas as desigualdades regionais e as divergências de renda que afastam, de forma absurda, as receitas dos mais afortunados das classe média, dos profissionais autônomos e dos trabalhadores de quase todos os segmentos da economia¹¹.

Como tal, vemos que se estabelece uma forma de ação social, onde se estrutura uma articulação entre o econômico e a superação dos entraves sociais, subsumindo a lógica do combate a exclusão social aos parâmetros definidos por uma ação ideológica moldado pela ótica do capital. Formam-se, assim, as bases para uma nova sociabilidade, onde os princípios do capitalismo, principalmente de um capitalismo selvagem como o brasileiro, são apresentados como os fatores operantes para se ter uma sociedade mais justa e igualitária. Tanto que nesse mesmo artigo, Benjamin Steinbruch busca difundir uma visão especial do lucro, objetivando retirar seu caráter meramente patrimonial e mercantil, atribuindo um elemento social de relevância à empresa e assim no empresário, que não reduz os seus objetivos de ganhos financeiros, dizendo que:

O lucro é o fermento da produção. Temos que ter para dar certo uma boa receita econômica, uma boa mão empresarial e lucro para crescer com o país. O lucro é o resultado e a causa de investimentos que trazem novos empregos, bem-estar social, desenvolvimento e progresso. Não temos de ter vergonha de ter lucro. Pelo contrario quanto mais lucro mais impostos. (...) Que bom seria se tivéssemos uma economia forte e crescente, em que todos tivessem lucros para serem reinvestidos, em uma onda permanente, com isso, mais emprego e mais produção. (...) E como esse é e deve ser o nosso caminho para reduzir a pobreza e erradicar a miséria¹².

Outro intelectual orgânico da burguesia industrial que merece ser citado nesse artigo se chama Jorge Gerdau Johannpeter. No tocante a questão dos problemas sociais, os artigos desse industrial se destacam pela ardorosa defesa da participação direta do empresariado na resolução dos problemas sociais, pautada no princípio da responsabilidade social das empresas.

¹¹ Id. Pobre lucro pobre.. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 28 out. 99. Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2.

¹² Ibid. p.2.

No artigo onde apresenta o objetivo do movimento Compromisso de Todos pela Educação, Jorge Gerdau, sustenta a importância da conjugação Estado, iniciativa privada e terceiro setor na condução do combate à questão social, pontuando que a ação social calcada numa educação eficiente traz dividendos produtivos para a empresa e mantém a coesão social dentro dos parâmetros estipulados pelo capital:

APROXIMADAMENTE seis anos. Esse é o tempo médio de escolaridade dos brasileiros, o que demonstra a grande fragilidade do país na construção de um futuro com menores desigualdades sociais. Por isso, *muitas empresas chegam a investir, por ano, até cem horas na capacitação de seus funcionários, o que significa mais de duas semanas inteiras.* O retorno é concreto: *pessoas com desempenho superior são mais produtivas, mais felizes e inovam em processos e produtos, o que se traduz em melhores resultados para as empresas.* Mas, quando se trata de analisar a atuação cidadã da elite empresarial, política, acadêmica e sindical, os resultados ainda não são satisfatórios. *Falta indignação por parte da elite. Ela tem a obrigação de construir um país melhor e mais organizado institucionalmente, com menos corrupção e mais capital social, possibilitando a construção da igualdade de oportunidades por meio da educação.* Para isso, é preciso formar um *forte capital social e reforçar a capacidade competitiva e inovadora do país.* O capital social ajuda a *manter a coesão social,* o que resulta em uma sociedade mais aberta e democrática. Reflete o grau de confiança entre os atores da sociedade e sua capacidade de estabelecer relações de cooperação em torno de interesses comuns. As comunidades não se tornaram cívicas por serem ricas. A história mostra o oposto: enriqueceram por serem cívicas. A construção do capital social, da competitividade e da inovação em uma nação *somente se efetiva quando fundamentada em processos de excelência na gestão pública e privada.* [...] O país não cresce significativamente, entre outros fatores, *porque não tem uma população com educação de qualidade.* É preciso que a sociedade compartilhe cada vez mais as responsabilidades. Mais importante do que a doação de recursos é a transferência de tecnologias de gestão presentes nas empresas, que permitem fazer mais com menos, de forma mais eficiente, tornando as instituições auto-sustentáveis. Afinal, o futuro do Brasil *está na produtividade de toda a sociedade-não basta que apenas as empresas sejam produtivas*¹³. (grifos nossos)

Jorge Gerdau atrela, portanto, o desenvolvimento econômico e a solução das desigualdades sociais ao estabelecimento de uma educação voltada para a satisfação dos interesses das empresas, ao mesmo tempo em que reforça a lógica empresarial de gestão como princípio na condução das políticas públicas sociais, e a nova sociabilidade, tendo como marco as relações capitalistas como único vetor para se obter a coesão social e o caminho para o indivíduo fruir os benefícios do crescimento econômico.

Noutro artigo, voltando a debater este assunto, partindo do princípio de que o Estado não tem mais condições de arcar sozinho com a resolução do problema social que afeta milhões de brasileiros, em virtude da ineficiência da gestão pública e da falta

¹³ Gerdau, Jorge. Educação versus indignação. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25 jun 06. Opinião Econômica, Caderno Dinheiro, p.2.

de recursos, Jorge Gerdau volta a reafirmar a questão da participação do empresariado na resolução dos problemas sociais, através da responsabilidade social das empresas, pontuando o voluntariado como um dos fatores a serem incentivados na sociedade, estabelecendo uma estratégia de convencimento onde encontramos a construção de uma sociabilidade assentada nos valores sociais que o discurso empresarial tenta difundir como base para as relações sociais:

Nas empresas, existem diferentes tipos de atuação na área de responsabilidade social. Algumas são meras doadoras de recursos e ignoram a eficiência de seus investimentos; outras são financiadoras -dão o dinheiro e fiscalizam sua aplicação; finalmente, outras têm atitudes empreendedoras, ao participar da construção de melhores entidades sociais por meio da sua atividade voluntária e a de seus funcionários.

A decisão das empresas de assumir atitude empreendedora resulta da mobilização de sua principal liderança, movida por convicções espirituais, emocionais ou materiais. Independentemente dos motivos, *a atividade voluntária do setor privado significa enorme ganho para a sociedade devido à transferência de suas práticas de gestão, determinantes para o sucesso de qualquer empreendimento. O voluntariado permite obter melhor eficiência econômica e aprimorar o comportamento humano.* Faz com que as instituições sociais se tornem capazes de administrar melhor suas atividades e de mobilizar a comunidade para as suas causas com mais eficiência¹⁴. (grifos nossos)

Para terminar, cabe citar que na construção do discurso do setor empresarial referente à subsunção da educação na resolução dos problemas sociais do país são os artigos de Oded Gravew. Conhecido pela defesa da atuação direta do empresariado na luta pelas melhorias dos problemas sociais do país, através de ações e parcerias com órgãos governamentais, pautado pela lógica da responsabilidade social das empresas e da cidadania empresarial, esse intelectual orgânico foi responsável por 18 dos 68 artigos dos representantes do setor industrial onde temos a temática dos problemas sociais no âmbito da lógica exposta. Apesar dessa importância, optamos por não desenvolvermos nossas observações através de abordagem presente nos artigos de Gradew, uma vez que a ligação que teve com o PT e com movimentos sociais, chegando a ser um dos idealizadores do Fórum Social Mundial, e de algumas posturas assumidas por esse industrial¹⁵, poderia ser interpretado como as teses de um grupo de industriais que não

¹⁴ Id. Solidariedade e democracia. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 06, Opinião, Caderno Dinheiro, p.2

¹⁵ Apenas para ilustrar essa nossa posição, podemos citar alguns fatos que não foram interpretados como unanimidade entre os industriais: apoio ao plebiscito da CNBB em relação a dívida externa em GRAJEU, Oded. Converter a dívida externa em programas sociais. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 29 set. 20, Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.3; apoio a candidatura Lula em Id. Lula Candidato. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 dez. 07 jun. 01 Tendências e Debates, Caderno Brasil, p.3

reflete a posição de setores influentes dessa fração da burguesia brasileira. Contudo, pelo que mostramos sobre o pensamento difundido pelos outros intelectuais orgânicos do setor industrial citados, vemos que há em suas teses, todo um conjunto de análises e propostas, que apesar de algumas divergências, no todo reforçam o projeto dos importantes setores do empresariado industrial com relação ao embate frente à questão social e a subsunção da educação nesse processo.

Para terminar, gostaria de destacar, que pelo que foi mostrado, os elementos empíricos apontam para a configuração de um deslocamento da abordagem da temática da subsunção da educação no discurso dos representantes do setor industrial, para a questão dos problemas sociais, movimentada pela busca da efetivação de uma nova sociabilidade na sociedade brasileira, pela importância dedicada por esses intelectuais orgânicos do setor industrial a essa questão. Fato que se comprova pelo fato de que no período do primeiro governo FHC, a condução desse processo coube quase que exclusivamente a Oded Grajew, escrevendo três dos quatro artigos que a pesquisa detectou, como tentamos demonstrar, os dados levantados na pesquisa atual demonstram a ampliação da participação de importantes representantes do setor industrial nesse processo.
